

COMPREENSÕES E EXPRESSÕES SOBRE O SISTEMA DE COTAS COMO AÇÃO DE POLÍTICA AFIRMATIVA POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

UNDERSTANDINGS AND EXPRESSIONS ABOUT THE QUOTA SYSTEM AS AFFIRMATIVE POLICY ACTION BY HIGH SCHOOL STUDENTS

Isabel Francisca Lamarão¹

Stéfano Couto Monteiro²

Carla Regina Zasso³

Resumo: O presente artigo trata das compreensões de alunos do Ensino Médio sobre o direito às cotas raciais e sociais como política pública que permite a ascensão das populações socialmente desfavorecidas ao Ensino Superior. É resultante de pesquisa realizada junto a alunos e alunas de turmas do 3º Ano, do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa (CEPTS), localizado no município de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia. A obtenção dos dados foi feita a partir da aplicação de uma sequência didática envolvendo exposição, questionário com perguntas mistas – abertas e de múltipla escolha, associadas a uma produção textual individual. A partir da análise dos dados foi promovida considerando as perspectivas da análise de conteúdo e, de modo preliminar, permite a compreender-se que é preciso promover estratégias diferenciadas e contínuas para que os alunos tenham clareza quanto a importância de apropriar-se das políticas públicas em seus respectivos cotidianos e, nesse caso mais especificamente, sobre as cotas raciais e sociais, bem como

1 Graduada em Administração de Empresas (FACDESCO). Aluna do Curso de Especialização Lato Sensu em Políticas Educacionais ofertado pela Faculdade Batista Brasileira. E-mail: ferraribel@gmail.com

2 Graduado em Letras Vernáculas (UNEB). Aluno do Curso de Especialização Lato Sensu em Políticas Educacionais ofertado pela Faculdade Batista Brasileira. Mestre em Educação (UESC). E-mail: distefano.monteiro10@gmail.com.

3 Graduada em Geografia (UFRGS). Aluna do Curso de Especialização Lato Sensu em Políticas Educacionais ofertado pela Faculdade Batista Brasileira. Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). E-mail: zassobahia@gmail.com

percebem que na Escola ainda não é algo comum a observância de práticas discursivas sobre as cotas raciais e sociais nas disciplinas que compõem o currículo.

Palavras chaves: Racismo, políticas públicas, cotas, educação antirracista.

Abstract: This article deals with the understanding of high school students about the right to racial and social quotas as a public policy that allows the rise of socially disadvantaged populations to higher education. It is the result of research carried out with students from 3rd year high school classes at Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa (CEPTS), located in the city of Santa Cruz Cabrália, state of Bahia. Data were obtained through the application of a didactic sequence involving exposition, a questionnaire with mixed questions – open and multiple choice, associated with an individual textual production. Based on the data analysis, the perspectives of content analysis were considered and, in a preliminary manner, it is possible to understand that it is necessary to promote differentiated and continuous strategies so that students are clear about the importance of appropriating public policies in their daily lives and, in this case more specifically, about racial and social quotas, as well as realizing that the observance of discursive practices about racial and social quotas in the subjects that make up the curriculum is not yet common in schools.

Keywords: Racism, public policies, quotas, anti-racist education.

INTRODUÇÃO

Falar sobre situações que envolvem o cotidiano da população no Brasil deveria ser algo comum, facilitador dos processos de desencadeamento de diálogos em prol da concepção e construção de políticas públicas com perspectivas afirmativas e sociais, em especial quando atenta-se para os dados obtidos junto aos censos demográficos realizados em nossa nação. As informações apontam para uma

maioria auto identificada mediante expressões que expõem a identidade étnica, em especial, referindo-se a “cor”: negro, pardo. No entanto, ao trabalhar sobre temas que, possivelmente, despertariam as habilidades referentes a construção de argumentos, parece não consegue cumprir tal proposta. Percebe-se que, o cenário difundido na grande mídia nacional afasta o jovem das discussões sobre itens que envolvam a palavra “política”, inclusive a utilização do sistema de cotas.

Considerando o exposto acima, a necessidade de implementar ações que favoreçam o cumprimento da Lei 10.639/2003 e o (não) conhecimento por parte dos estudantes do Ensino Médio quanto a importância do sistema de Cotas como mecanismo de ascensão ao sistema universitário no Brasil é que desenvolvemos a atividade-pesquisa que dá origem ao artigo ora apresentado. O texto ora exposto é resultado de pesquisa praticada junto aos alunos que cursaram 2º e 3º Anos, na etapa do Ensino Médio, nos anos 2017 e 2018, no Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa, situado no município de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

Em virtude da natureza da pesquisa – voltada para um curso de pós-graduação lato sensu - a opção dos escritores foi definida em não trazer uma pesquisa bibliográfica, mas algo que estabeleça diálogo com a Especialização em Política Educacional. Isso permite compreender que o exercício da pesquisa de campo consiste em uma reflexão sobre a política educacional em vigência.

Por fim, para a continuidade da leitura do texto, esclarecemos que, o presente texto foi organizado em três momentos: o primeiro, está na seção “Um pouco sobre política, cotas e questões étnico-raciais”, trazemos um arcabouço teórico que ajuda na leitura e na condução da interpretação dos dados obtidos ao longo da pesquisa. A seguir, está a metodologia empregada na pesquisa e, por fim, promovemos a discussão dos dados obtidos a partir da pesquisa, acompanhadas das reflexões fundamentadas pelas orientações adquiridas ao longo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas Educacionais.

Um pouco sobre política, cotas e questões étnico-raciais

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 (BRASIL, Constituição, 1988) reza que o ensino brasileiro tem que ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições, para o acesso e permanência na escola, bem como garante que a presença deve ser efetiva de todas as crianças brasileiras. Ainda aponta que estes alunos devem ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e, por fim, defende o pluralismo de ideias. Embora seja um direito presente na Carta Magna, a realidade social brasileira aponta que a diversidade étnica e cultural não consegue se apropriar desses direitos previstos, a ponto de dificultar/não favorecer a permanência de alunos advindos das diversidades étnicas, os quais, em sua maioria, constituem a camada social mais pobre de nossa sociedade brasileira.

A observância desse aspecto, associada às demandas outras listadas e qualificadas como objeto de luta encabeçada pelo Movimento Negro deu origem a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), com a finalidade de minimizar a evasão escolar de crianças negras e melhorar as condições de permanência do público de origem afrodescendente no meio educacional.

Considerando o exposto acima, a política pública deveria ser uma ação pensada para o povo, como resultado de um direito adquirido, resultante de um objeto de luta, de demanda social. No caso da Educação, a formulação das políticas deve estar destinada a ampliação quanto ao acesso, a permanência e aos avanços individuais do cidadão em relação àqueles níveis previstos pelo sistema de ensino, de acordo com as suas respectivas potencialidades. Nesse sentido, a ministração do ensino no cotidiano escolar deve ser oriundo da articulação entre a gestão administrativo-pedagógica da escola básica e as políticas públicas em educação, visando não somente a melhoria do desempenho escolar – aprovação, boa qualificação nas avaliações externas, mas também a promoção da autonomia social do(a) estudante.

É importante que se ressalte o lugar do ensino como algo oriundo de uma relação entre

legislação, planos, programas e projetos pensados/concebidos como política de governo ou a partir de demanda social. Um exemplo clássico é a instituição das cotas como mecanismo de ingresso, ascensão e transposição do(a) estudante oriundo(a) do Ensino Médio para o Ensino Superior. Ainda assim, embora a política de cotas tenha sido instituída a aproximadamente 15 anos, percebemos que não há clareza quanto a sua concepção, sua finalidade, sua abrangência e suas consequências.

Sendo assim, discutir sobre cotas em plena segunda década do século XXI é digno de importância, uma vez que são observadas no cotidiano cenas que configuram discriminação social (para não utilizar o termo racismo): a abordagem policial, as manchetes pejorativas presentes em jornais e revistas que circulam diariamente no Brasil envolvendo as situações de violência, as ocupações sociais exercidas pela população de origem negra, os padrões de beleza física propagadas pela mídia televisiva, as condições de oferta dos estabelecimentos escolares onde está a população menos favorecida financeiramente, as expressões pejorativas contidas sobre negros, indígenas, indivíduos com necessidades especiais nos Livros Didáticos distribuídos aos alunos no processo de ensino desenvolvido nas escolas públicas brasileiras. Tais aspectos são dignos de discussão/problematização nos lugares de representação social.

Nesse cenário, discutir política de cotas sociais é refletir quanto as bases adotadas por aqueles que a defendem e os que a ela se contrapõem. Isso reflete democracia. Nesse sentido, quem defende a política de cotas expõe-na como uma contraposição às faces e as estratégias do colonialismo de saber, de poder e de ser e não se constitui apenas um mero mecanismo de reparação histórica e sim como possibilidade de conceber “consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento das identidades e de direitos e ações de combate ao racismo e a discriminações” (BRASIL, 2005).

Além disso, em um pensamento norteado pela utopia social, poderíamos imaginar uma sociedade em que nunca deveria haver espaço para se valorizar a inferiorização, a invisibilidade e o silenciamento do outro. No entanto, a História nos deixou os registros sobre 358 (trezentos) anos de subalternidade fundamentada na cor, na “raça”, no subjugar dos povos de matriz africana e seus descendentes – os afrodescendentes. Segundo o pesquisador congolês Kabengele Munanga, “um

negro tem uma desvantagem de 32 anos em relação aos demais grupos quanto a ascensão aos mais elevados níveis de ensino no Brasil” (MUNANGA, 2001). É um “apartheid” não oficializado.

A Escola é um lugar de discussão formativa. Enquanto espaço de interesse público não deve negligenciar ou omitir-se quanto as discussões que envolvem questões sociais (no caso desse texto, sobre as cotas sociais), atribuindo-lhes sentido pois isso “organiza a vida social e as relações de significação” (CANCLINI, 2005, p. 41). Adotar uma postura de silêncio seria como se posicionar em prol de “legitimar o interesse de um grupo social e/ou étnico e silenciar os demais grupos, ou seja, adotar postura etnocêntrica, prática histórica condenada e que precisa ser modificada” (BACKES, 2012, p. 237, 238). Deve haver ainda a compreensão de que o espaço escolar é de convívio (nunca harmônico) das diferentes representações das camadas sociais.

As trilhas da Pesquisa

O perfil dos(das) colaboradores(as)/participantes da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada entre setembro e dezembro do ano 2017, com intervalo no recesso letivo e retomada entre março e setembro do ano 2018. Foi desenvolvida com alunos do 2º Ano (em 2017), os quais passaram a ser alunos do 3º Ano – Ensino Médio, no ano 2018, compreendidos em grupo de idade variando entre 16 e 19 anos, sendo alunos Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa, localizado na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

Quadro 1. Grupos de idade dos(das) Participantes da Pesquisa

Idade	Quantidade
16	20
17	15
18	5
19	1

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

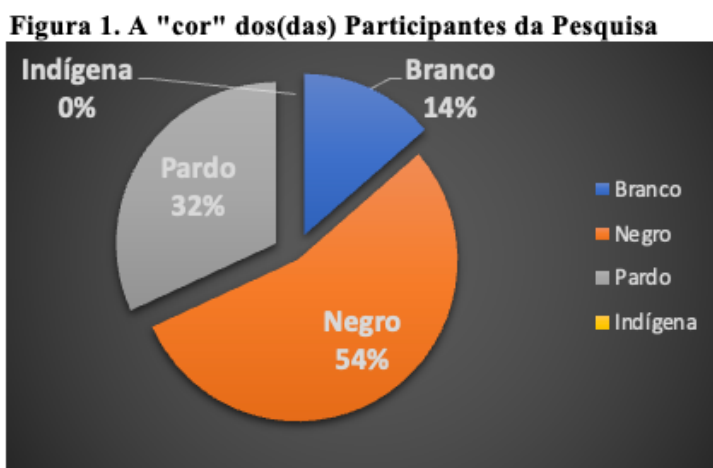
Em relação as questões de gênero e sexualidade, os(as) participantes da pesquisa deram

origem à seguinte composição:

Quadro 2. Sexo dos(das) Participantes da Pesquisa	
Sexo	Qtde
Masculino	20
Feminino	21

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

Pode ser considerada uma pesquisa de campo, visto que oferece maior contato com o público-alvo e aproximação com o fenômeno social e educacional estudado. Este tipo de pesquisa segundo Marconi (2005, p.125), “baseia-se na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade”. Tivemos o entendimento de que um dos elementos dessa realidade é a auto identificação dos(das) participantes/colaboradores(as) da pesquisa, a qual é observável na Figura 1:



FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

A concepção metodológica da Pesquisa

A pesquisa ora apresentada, uma vez considerado a natureza do trabalho, entende-se que foi desenvolvida uma pesquisa com caráter qualitativo: ela apresenta caráter descritivo, para obtenção de resultados todos os dados obtidos são analisados e, além disso, dá-se a devida importância quanto a mensuração e interpretação de todas as informações. Isso, de acordo com Minayo (1994, p.21 e 22)

corresponde a afirmar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os autores Bogdan e Biklen (1994, p. 79) afirmam que “os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contato direto, em forma de palavras ou imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação” (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

No processo de construção metodológica para a obtenção de dados pautou-se na aplicação de uma sequência didática que explorou desde a exposição oral em sala de aula ambiente, a leitura de artigos de opinião sobre o tema “Cotas”, a aplicação de oficina de construção de gêneros textuais – entrevista e dissertação escolar e o debate oral regrado.

O passo-a-passo da metodologia

A origem deste procedimento metodológico foi a proposta de instrumentalização dos (das) estudantes para a participação na etapa escolar da Feira de Ciências (FECIBA), evento direcionado às escolas públicas estaduais que, em 2017, estava na 6ª edição. Nesse sentido, a fim de cumprir essa proposta, preparamos a participação dos(das) estudantes envolvidos(das) a partir de uma oficina⁴

4 Compreendemos o gênero oficina pedagógica como uma ação metodológica que, ao mesmo tempo, pode ser utilizada com objetivos distintos e complementares: abrange desde a sensibilização até a previsão/execução de um produto.

sobre a construção do gênero textual entrevista, onde eles deveriam elaborar perguntas para serem exploradas em suas devidas atividades de estudos propostas no contexto inicial. O interesse dos(das) estudantes quanto a sistematização das perguntas deu origem a eleição de um tema para a escrita de uma dissertação escolar onde pudéssemos explorar as competências escritas previstas no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Após a escolha do tema por eleição – Racismo -, incluímos a discussão sobre Cotas no contexto. Eles aceitaram. No entanto, para a validação da pesquisa, demoramos até meados de outubro/2017 para obtermos as autorizações dos responsáveis pelos(as) mesmos(as), visando atender os preceitos éticos da pesquisa. Cumprida esta parte, aplicamos junto aos(às) participantes a segunda atividade: um questionário com estrutura mista, isto é, com questões abertas e questões objetivas, composto por 10 (dez), através das quais objetivávamos obter elementos para uma reflexão sobre aspectos envolvendo políticas públicas, racismo, qualidade do ensino e ascensão ao ensino superior.

O questionário foi organizado com perguntas dispostas em duas partes, conforme ver-se-á no quadro a seguir:

Quadro 3. As perguntas que compuseram a construção do questionário	
PARTE 1. Compreensões dos alunos sobre política e políticas públicas	PARTE 2. As cotas como expressões de política pública, racismo e equidade social
TEMA: POLÍTICA 1. Explique com suas palavras, o que você entende sobre “política”?	5. Na sua opinião, a Escola consegue cumprir o seu papel de ensinar?
Quadro 3. As perguntas que compuseram a construção do questionário (cont.)	
PARTE 1. Compreensões dos alunos sobre política e políticas públicas 2. Conforme seu entendimento pessoal, a “política” influencia sua vida no dia-a-dia? 2. 1. Se a resposta for NÃO, justifique-se. 2. 2. Se a resposta for SIM, diga “como” isso acontece?	PARTE 2. As cotas como expressões de política pública, racismo e equidade social 6. Você acha que o ensino ministrado/ofertado na Escola torna-o apto para enfrentar o ENEM e outras provas de concorrência pública? Justifique sua resposta.

3. Na escola discute-se sobre “política”? 3. 1. Se a resposta for NÃO, você considera que essa “ausência” faz falta? Justifique-se. 3. 2. Se a resposta for SIM, diga o que se discute, e se, na sua opinião, isso é importante? Justifique-se.	7. Você acredita que a Escola precisa “mudar”? Isso ajudaria aos alunos quanto à melhoria no desempenho do ENEM? Justifique sua resposta.
4. Na sua opinião, os alunos são “incluídos” nas discussões sobre política na Escola?	8. O que você pensa sobre a Universidade? 9. Você está se preparando para ingressar na Universidade? Justifique sua resposta.
4. 1. Se a resposta for NÃO, levante (no mínimo, duas) hipóteses sobre o “porquê”, os motivos de tal exclusão. 4. 2. Se a resposta for SIM, diga “o que se discute” e “quem” promove essas discussões. 4. 3. Se a resposta for SIM, diga quais são as disciplinas que fazem tais discussões.	10. O que você sabe sobre o Sistema de Cotas? 11. Você concorda ou discorda do Sistema de Cotas? Justifique-se.

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

A atividade seguinte consistiu na orientação de que os(as) participantes deveriam produzir um texto dissertativo inicial, uma 1ª versão, a partir das respostas que registraram no questionário.

No quarto momento, após a correção da primeira versão, propusemos atividades de leitura envolvendo textos de gêneros diversos, conforme o disposto no quadro a seguir:

Quadro 4. Textos explorados na leitura crítica		
Gênero textual	Título do texto explorado	Autor(es/as)
Artigo de opinião	Cotas: entre o justo e o injusto	Lya Luft
	Argumentos favoráveis às cotas	Letícia de Oliveira Januário
	10 motivos para ser contra as cotas raciais	Vinicius Knuth
Artigo científico	Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas	Kabengele Munanga
	As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?	Lincoln Frias

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

Foi solicitado aos(às) participantes da pesquisa que enumerassem os argumentos pró e contra a utilização do sistema de cotas e, na sequência, comparassem com a produções que fizeram em sua 1ª versão e observassem se, os argumentos que expressaram em seus textos iniciais estabeleciam algum tipo de empatia com os textos explorados. Diante disso, os(as) participantes propuseram que fosse feita uma discussão (que deu origem a exploração do gênero textual debate regrado oral) a partir de um quadro-síntese construído com base nos argumentos encontrados, apresentado a seguir:

Quadro 5. Argumentos encontrados nos textos sobre cotas	
Favoráveis	Contra
<ul style="list-style-type: none"> - As cotas representam uma reparação histórica contra negros, indígenas e outros grupos sociais vítimas de exclusão - deficientes, transgêneros e outras minorias sociais; - É uma medida profilática de inclusão, porém, necessária; - Embora a maior parte da população seja autodeclarada – negra, indígena -, estes não têm condições sociais que lhes permitam “disputas” - O princípio de equidade social - Preocupação do Estado em qualificar o ensino público e incluir as minorias sociais e os grupos sociais nesse processo; - Sem as Cotas, um negro poderia levar 32 anos para atingir oportunidades próximas a de um branco 	<ul style="list-style-type: none"> - A origem do sistema de cotas é de influência norte-americana, datada da década de 1960 e foi extinta por não ser eficiente - Reforça o sentimento de inferioridade dos “inclusos” em relação aos demais; - “Todos são iguais diante da lei” – CF (Brasil, 1988, Artigo 5º) - Os critérios quanto a autodeclaração são insuficientes, pois somos um país miscigenado - Não há incentivo à meritocracia - Menor grau de cobrança para ingresso nas Universidades - Afro-conveniência

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

O que achamos e compreendemos a partir da pesquisa?

A pesquisa nos possibilitou compreender como alunos de turma intermediária e final do Ensino Médio compreende “política”, a “questão das cotas sociais e raciais” e a qualidade do processo de

ensino-aprendizagem e aponta consequências do distanciamento entre o que é ensinado no ambiente escolar e a realidade cotidiana.

Compreensões generalizadas dos(das) jovens sobre política

A primeira questão do questionário aplicado junto aos participantes da pesquisa explorou as compreensões dos(das) jovens estudantes do Ensino Médio quanto a ‘política’. Os dados expressos no quadro a seguir expõem a compreensão dos(das) participantes quanto ao assunto em questão:

Quadro 6. O que os(as) jovens compreendem sobre “Política”?	
Questão	Respostas dos(das) participantes da pesquisa
. Explique com suas palavras, o que você entende sobre “política”?	<ul style="list-style-type: none">- “Vários grupos de pessoas, com interesses ambiciosos para benefícios próprios passando por cima dos nossos direitos” (AAS, 18 anos)- “Política são um grupo de seres humanos corruptos, que adoram roubar a sociedade. São do tipo de pessoas que sempre querem se dar bem e ganhar muito dinheiro” (MDN, 17 anos)- “Eu entendo que a política é algo que está presente de todas as formas”. (BOS, 19 anos).

(cont.)

Quadro 7. O que os(as) jovens compreendem sobre “Política”?

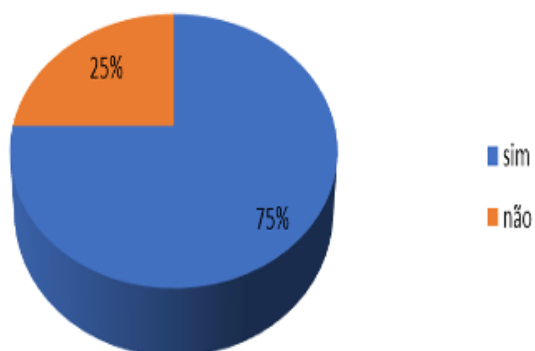
Questão	Respostas dos (das) participantes da pesquisa
<p>. Explique com suas palavras, o que você entende sobre “política”?</p>	<p>- “Na política acontece muito roubo, gente desonesta, que muitos votam neles já sabendo disso. E, muitas vezes, eles compram votos do cidadão” (CMS, 19 anos).</p> <p>- “É uma ação de um grupo de pessoas para melhorar o futuro da sociedade” (CLSA, 19 anos)</p> <p>- “Política é uma forma de governar um país, cidade com todos os habitantes que há nela” (FOSN, 19 anos)</p> <hr/> <p>- “Na minha opinião, política era para servir e ajudar nosso município e nossa cidade, mas hoje esses políticos querem se eleger apenas para ficar sentado sem fazer nada. Não entendo muito isso, mas essa é a realidade” (GCF, 18 anos).</p> <p>- “É um sistema que administra o dinheiro dos impostos do país, Estados e Municípios”. (TSA, 18 anos)</p> <hr/> <p>- “Política são um povo corrupto onde todos pensa em se dar bem. Um tentando derrubar o outro e acabar com a população” (LCO, 18 anos).</p>

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

As respostas obtidas a partir da questão 1. apontam que os(as) jovens envolvidos(as) no processo de pesquisa têm uma definição de “política”, sua finalidade, mas está impregnada de “corrupção”. A visão pode ser considerada deturpada e a consequência mais explícita dessa compreensão é o não interesse e o afastamento dos(das) integrantes desse grupo de idade das discussões e interações sobre o assunto em questão.

Para validar as respostas elencadas no quadro 5, a questão 2 (presente no quadro 3) corrobora as respostas dadas na questão 1:

Figura 2. Percentual dos jovens quanto aos efeitos da política no cotidiano



FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

A figura 2 aponta que 75% dos(das) participantes da pesquisa observam os efeitos da política no cotidiano, conforme ver-se-á no quadro a seguir:

Quadro 8. Observações dos(das) jovens quanto aos efeitos da política no cotidiano

Questão	Respostas dos(das) participantes da pesquisa	
<p>2. Conforme seu entendimento pessoal, a “política” influencia sua vida no dia-a-dia?</p>	<p>Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Influencia por que acabamos sentido os problemas sociais” (AAS, 18 anos). - “É muito importante em nossas vidas. Precisamos dela em praticamente todas as relações pessoais e interpessoais” (MDN, 17 anos) - “Sim, influencia no aumento do preço dos alimentos, por causa da corrupção, o desemprego, aumento dos impostos, etc.” (CLSA, 19 anos) - “Isso acontece de todas as formas e em todos os lugares que fomos pois a política afeta tudo e todos” (BOS, 19 anos). - “A política faz parte do nosso dia-a-dia em tudo que fazemos, ao assistirmos a propaganda política” (CMS, 19 anos) - “A política influencia muito com as formas que nossos políticos governam o nosso país. A hora que somos mais influenciados é na hora do voto”. (FOSN, 19 anos). - “Em nossa saúde, educação, segurança nas ruas, iluminação da cidade. Em tudo” (TSA, 18 anos). - “É importante em nossa vida. Como cidadãos precisamos estar por dentro de cada detalhe da política” (LCO, 18 anos). 	<p>Não</p> <p>“Não. Faço de tudo para manter distância da política” (GCF, 18 anos).</p>

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

É importante compreender esse posicionamento como um “alerta”: o esvaziamento das

discussões pode configurar-se como a utilização do currículo como mecanismo que favorece o silêncio enquanto diretriz e, ao mesmo tempo, a perpetuação dos mecanismos ideológicos que ignoram epistemologias e ofuscam as identidades.

Aqui não está em questão a construção de apologia a adoção (ou não) a princípios ideológico-partidários, até porque, o pluripartidarismo brasileiro caso seja comparado corre o risco de confirmar a hipótese de não se discute ideias, mas articulam-se jogos de interesses e estratégias de ascensão, sustentação e manutenção dos status de poder. O que está em questão é o fato de que não se politizar implica (diretamente ou não) assumir, sob a nomenclatura da neutralidade, a posição de afastar-se da possibilidade de compreender, refletir e intervir sobre os problemas cotidianos, bem como sofrer as consequências das políticas austeras impostas por grupos de interesse.

O (não) envolvimento do alunado nas discussões sobre política

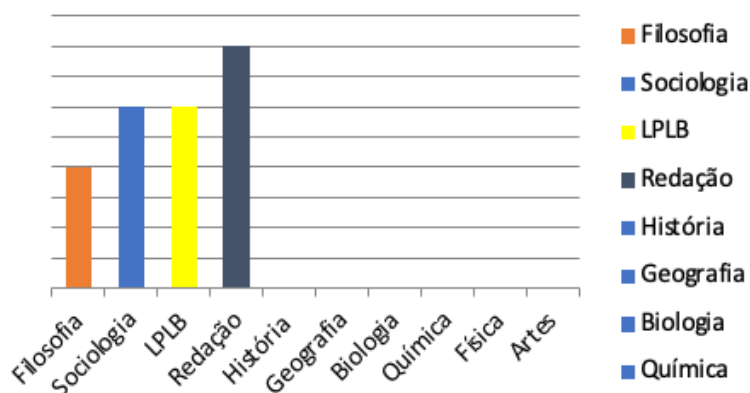
A questão 4 indaga sobre a inclusão dos estudantes nas discussões sobre política na escola. Embora, 62% digam que são incluídos, a partir do confronto das respostas, é possível compreender que as expressões são divergentes:

Quadro 7. Observações dos(das) jovens quanto a inclusão dos alunos na discussão sobre política na escola		
Questão	Respostas dos(das) participantes da pesquisa	
	Sim	Não
4. Na sua opinião, os alunos são “incluídos” nas discussões sobre política na Escola?	<p>-“Discute e quase tudo o que acontece na sociedade, os professores e alunos tentam conversar sobre o assunto que a maioria não tem interesse de saber” (CLSA, 19 anos)</p> <p>- “Sobre a melhoria da Escola” (FOSN)</p> <p>- “Em sala de aula há debates entre professor e alunos sobre o assunto, em que todos possam dar suas opiniões, próprias” (LCO)</p> <p>- “Se discute muito atualmente sobre corrupção e a Lava Jato”. Os professores Romilson e Stéfano. (BOS)</p> <p>- “Quando o professor pergunta algo, sempre expressamos nossas opiniões”. (MDN)</p>	<p>“Não. Somos excluídos. Não fazem questão da nossa voz” (AAS, 18 anos).</p> <p>- “Porque o Colégio não é interessado nos alunos e, porque os alunos também não correm atrás” (TSA)</p> <p>- “Raramente. E quando somos, é de última hora” (CMS)</p> <p>-“Porque, para a política, tanto faz a Escola está ‘boa’ ou ‘ruim’. Nas discussões só se fala do que interessam e favorece a eles”. (GCF)</p>

FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

As respostas dadas pelos participantes expressam os enredos e situações do cotidiano que norteiam as discussões, bem como os componentes curriculares que subsidiam o trabalho em questão. Observou-se que disciplinas como História não foram citadas pelos participantes.

Figura 3. Disciplinas que promovem discussão sobre Política



FONTE: Elaborado pelos Autores, 2018

Em outras palavras, há a constatação de uma ausência de práticas articuladas quanto ao desenvolvimento do trabalho pedagógico/do desenvolvimento do projeto político da escola em torno das questões étnico-raciais, cujas hipóteses (embora não tão aceitáveis) podem ser justificadas pelas dificuldades oriundas das formações dos professores em que não houve discussão acerca da temática, ora pela não-articulação coletiva das atividades praticadas e, até mesmo, em virtude do não-engajamento/compromisso político-social/auto identificação com o tema, muitas vezes embasado na “falta de segurança para tratamento/trabalho com o objeto em discussão” (GOMES, 2012, p. 149).

Compreensões dos(das) estudantes quanto a Universidade: qualidade do/no Ensino Médio, o papel dos professores e as perspectivas dos alunos

Nas últimas questões que compuseram o questionário proposto, os(as) estudantes expuseram desde suas opiniões sobre o papel da escola quanto ao ato de ensinar, a qualidade do ensino ministrado, perspectivas individuais sobre a ascensão (ou não) à Universidade, bem como sobre seus (des) conhecimentos e posicionamentos sobre o Sistema de Cotas.

Ao entrelaçar essas questões, observa-se os(as) estudantes apontarem possíveis fatores que

influenciam sobre o não cumprimento do papel da escola quanto ao processo de ensinar, a ponto de não “torná-los aptos para enfrentar o mundo” (MDN). Percebem o desinteresse e/ou desmotivação por parte do professorado, o que os levam a afirmar sobre a postura do docente: “alguns professores não estão nem aí para o aluno, não incentivam, só querem receber e pronto” (LCO) ou ainda, “os professores só querem dar os assuntos programados” (TSA). É possível compreender que os(as) estudantes veem a qualidade de ensino ministrado na escola associada à postura do professor.

Quanto a ascensão a Universidade, as respostas apontam que grande parte dos(das) participantes da pesquisa estão levando a sério o processo de preparação visando o ingresso no Ensino Superior. Há aqueles que expressaram suas possíveis pretensões já tem definidas como cursar “advocacia” (Direito), “enfermagem”. Avistam esta instituição como o lugar que pode proporcionar “uma escolha importante em minha vida” (BSA), de “concretização de objetivos pessoais” (MDN), de “oportunidades para ter um bom conhecimento e conseguir um cargo de bom nível” (MAN). Consiste também em uma “porta para o futuro” (ASS; APJ), “uma porta de entrada ao conhecimento e ascensão social como uma forma de contrapor ao sistema racista, machista e opressor” (MCF).

Compreensões dos(das) estudantes quanto ao Sistema de Cotas

Considerando a última resposta elencada no tópico anterior, temos o pretexto para introduzir nossa discussão sobre “cotas”. Ao lermos as diversas respostas dos(das) estudantes, foi possível observar o desconhecimento quanto a definição e a finalidade do sistema de cotas. Há compreensão de que cotas é “uma ação do governo brasileiro” (KSL, JCS) que “reserva vagas que beneficia negros e índios” (VMV, BOS, BSA, GCAZ, FOSN), “alunos de escolas públicas e de baixa renda” (CMS) e “outros menos privilegiados” (NSS), “em universidades públicas” (MDN), “para determinados grupos” (MGS) e consiste em “um modo mais fácil de se chegar a uma universidade”(GSF). Houve também alunos(as) que expressaram “nunca ouvi falar sobre o sistema de cotas” (JSL), bem como aqueles que “não tinha noção do que se tratava, aí perguntei a uma colega, agora, e ela me falou um

pouco do que era” (GSF).

As respostas aqui apresentadas expõem que os(as) estudantes não possuíam clareza em relação ao sistema de cotas. A inquietação quanto a essa condição expõe o isolamento e as limitações quanto a abordagem da temática envolvendo as relações étnico-raciais na escola. As expressões dos(das) alunos(as) expressam a pequena (ou nenhuma) discussão sobre o tema na escola.

A não discussão do tema/assunto na escola, expõe lacunas no processo de ensino no contexto do Ensino Médio e é pretexto para outro problema: a formação de concepções deturpadas, estereotipadas e (re)afirmadoras do preconceito por parte dos(as) alunos(as). Nesse sentido, entendemos que é preciso propor metodologias visando o empoderamento dos (das) nossos(as) jovens. Além disso, em relação ao sistema de cotas, para se defender, sugerir ou criticar, é preciso conhecer sobre o que se argumenta, discute. Em segundo lugar, conhecer permite desfazer, redefinir posicionamentos ou superar “alguns” (ou vários) determinados preconceitos que dominam minhas “suposições”, “convicções” e, por fim, o(a) aluno(a) pode ser que eu seja um potencial “beneficiário(a)” mas desconheça esse direito, essa conquista social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa nos apontou que as políticas públicas podem ser refletivas e vivenciadas em sala de aula. No entanto, requer clareza, engajamento e articulação por parte da escola e demais instituições envolvidas no processo de ensino.

É preciso que as práticas pedagógicas estejam entrelaçadas à pesquisa, junto/para com o alunado. As atividades devem estabelecer relações com os seus respectivos cotidianos, propondo-lhes uma leitura e reflexão sobre o lugar e os espaços onde atuam.

Nesse sentido, falar sobre suas compreensões sobre política e cotas mostraram como é importante o papel da escola nesse processo de construção do conhecimento. Embora os impactos não sejam imediatos, é possível avançar rumo a construção de uma cultura escolar a ponto de se instituir

uma cultura antirracista, acompanhada de esclarecimento (no sentido kantiniano da palavra).

Também observamos a importância de “saída da caixinha disciplinar”. Os assuntos do cotidiano e do centro de interesse do(a) aluno(a) devem perpassar pelas diversas disciplinas do currículo, superando o engessamento e promovendo a articulação do saber enquanto política pública.

Estudar sobre as compreensões dos(das) alunos(as) do Ensino Médio sobre cotas deve ser um objeto de pauta de reafirmação desta etapa de vida como espaço temporal de conhecer e amadurecer quanto ao exercício futuro da cidadania. Apropriar-se do sistema de cotas não é esperteza. É promoção de equidade social.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**: – Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Coleção Ciências da Educação, 1994.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2005.

_____. **Lei 10.369/2003**. Orienta sobre o Ensino de História e Cultura Africana no Currículo das Escolas Brasileiras. Brasília: Câmara de Deputados, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Tradução de Luiz Sérgio

Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. Currículo, racismo e o ensino de Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e sociedade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº 138, p. 133-157, jan-mar, 2017,

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, que dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (orgs.). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FRIAS, Lincoln. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Direito, Estado e Sociedade**, nº 41, p. 130-156, jul-dez, 2012.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas Pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. 1ed. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **Horizontes: no diálogo entre culturas e história da Educação**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabelenge. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista de Ciências Sociais Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 4, nº 2, jul-dez, 2001, p. 31-43.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: Ensino Fundamental**. (Coleção Explorando o Ensino, v. 21). Brasília, DF: MEC/SECAD, 2010.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza

Edições, 2010.